

RESUMO - 3. DETERMINANTES SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS DA SAÚDE

ANÁLISE MULTIVARIADA DOS DETERMINANTES SOCIAIS ASSOCIADOS AO ACESSO E À RESOLUTIVIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA PARAENSE.

Clara Yasmin Wanghon Pena Coutinho (clarayaminvon20@gmail.com)

Livia De Aguiar Valentim (livia.valentim@uepa.br)

Franciane De Paula Fernandes (franciane.fernandes@uepa.br)

Sheyla Mara Silva De Oliveira (sheylaoliveira@uepa.br)

Tatiane Costa Quaresma (tatiane.quaresma@uepa.br)

Leanna Silva Aquino (leanna.s.aquino@aluno.uepa.br)

Ellen Mara Fernandes Da Silva (ellen.fsilva@aluno.uepa.br)

O acesso à saúde no Brasil é um direito constitucional garantido pelo SUS, baseado na universalidade, integralidade e equidade. Porém, persistem desigualdades geográficas e sociais, especialmente em comunidades quilombolas, que são grupos vulneráveis devido à herança cultural, discriminação étnica e barreiras históricas. O estudo tem como objetivo analisar a influência dos determinantes sociais no acesso e na resolutividade dos serviços de saúde nesses territórios, visando subsidiar políticas públicas voltadas para a equidade. Trata-se de um estudo transversal e analítico realizado em comunidades quilombolas de Santarém, Pará, localizadas às margens do rio Amazonas e em áreas rurais. A amostra foi de 512 adultos que

responderam a um questionário estruturado sobre características sociodemográficas, condições de moradia, hábitos de saúde e acesso aos serviços. Foram utilizadas técnicas de análises multivariadas e agrupamentos para identificar padrões de acesso e perfis socioeconômicos. Os dados revelam avanços desiguais: enquanto a eletrificação atinge 93,8% dos participantes, o acesso à internet é limitado a 40,2%. Maior escolaridade e conectividade digital estão associadas a uma maior utilização dos serviços e melhor resolutividade, configurando o chamado "capital informacional". Por outro lado, o isolamento geográfico e a precariedade do transporte fluvial dificultam a assistência regular. A análise de agrupamentos demonstrou que as comunidades não são homogêneas, apresentando diferenças internas significativas na infraestrutura e na organização do cuidado.

O estudo evidencia que a garantia do direito à saúde vai além da expansão da oferta de serviços, exigindo o reconhecimento das condições históricas e estruturais dos territórios. A busca pela equidade em saúde requer investimentos em infraestrutura, transporte adequado e inclusão digital para ampliar a autonomia das comunidades na gestão do seu cuidado. É fundamental fortalecer a Atenção Primária com ações intersetoriais que valorizem os saberes locais e respondam à complexidade da vida quilombola.

Palavras-chave: assistência; equidade em saúde; quilombola; serviços de saúde.